

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.230.306 - GO (2018/0003526-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : TROPICANA TECIDOS LTDA
ADVOGADO : HAROLDO FERRAZ ARAÚJO - GO025395
AGRAVADO : JOAO RODRIGUES MOREIRA
ADVOGADO : JOÃO CÉLIO CAMILO DO NASCIMENTO - GO010024
INTERES. : EDITE DA SILVA FERRAZ ARAUJO
INTERES. : ADOMERCILIO ANTONIO DE ARAUJO - ESPÓLIO
REPR. POR : HAROLDO FERRAZ ARAUJO - INVENTARIANTE

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por TROPICANA TECIDOS LTDA. contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Goiás que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não deve ser conhecido, ante a ausência de efetiva impugnação aos fundamentos da decisão agravada.

O juízo negativo de admissibilidade está fundamentado na deficiência das razões recursais quanto à alegada violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, motivo pelo qual foi aplicada a Súmula 284/STF, e na imprescindibilidade de revolvimento do acervo fático-probatório dos autos para que se pudesse apreciar as demais questões, motivo pelo qual foi aplicada a Súmula 7/STJ.

Nas razões do agravo, a recorrente afirma que o Tribunal de origem "*deixou de levar em consideração a legislação aplicável para o caso, os quais estabelecem a necessidade de a parte autora comprovar suas alegações*", tendo

oposto embargos declaratórios *"requerendo o prequestionamento numérico de artigos de Lei Federal envolvendo a matéria e a apreciação da prova substanciada no laudo pericial"*. Sustenta que o Tribunal de origem teria violado ao artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil de 1973 *"por não atender o pleito em sanar as omissões apontadas"*. Afirmo que não seria aplicável ao caso a Súmula 284/STF, pois *"restou demonstrado a negativa de vigência ao art. 535, do CPC, pois os Embargos Declaratórios interpostos pelas partes agravantes foram rejeitados sumariamente e por duas vezes, persistindo a omissão no que trata a interpretação da lei e sua negativa de vigência, bem como na apreciação expressa dos dispositivos legais, esculpidos nos artigos 186, 187, 393, 944, 945 e 937 do CC, artigos 22 e 79 da Lei 8.245/91, daí a demonstração da subsunção dos fatos aos dispositivos (norma) violada"*. Enfatiza que *"perdurou a omissão no que tange ao prequestionamento explícito da matéria"*, bem como que a *"omissão que advinha do fato que no V. Acórdão foi mantida a sentença exclusivamente amparada na revelia da parte agravante sem que fossem apreciadas as demais matérias de direito e que importariam na improcedência do pedido exordial"*. Entende que a Súmula 284/STF seria inaplicável ao caso dos autos, *"pois claramente direcionada exclusivamente ao Recurso Extraordinário"*. Enfatiza que *"o cerne da omissão não foi sanado, permanecendo a indagação: a revelia decretada impede o conhecimento e apreciação das demais matérias de direitos postas em julgamento?"*. Afirmo que *"não se trata de pleito visando, diretamente, reexame de provas a impedir a admissão recursal na forma da Súmula 07"*. Assevera que pretende *"a correta valoração do acervo fático-probatório dos autos, que não se confunde com mero reexame vedado pelo Órgão"*. Aponta que *"o v. acórdão de apelação cível, que negou vigência a lei federal, apreciou em seu bojo toda a matéria fático-probatória acerca do direito discutido, sopesando expressamente, inclusive o laudo pericial, as provas pertinentes ao fundamento disposto naquela decisão"*. Destaca que *"a caracterização da revelia não induz a uma presunção absoluta de veracidade dos fatos narrados pelo autor,*

permitindo ao juiz que, para formar o seu convencimento, analise as alegações formuladas pelas partes em confronto com as provas constantes dos autos".

Tais razões, todavia, além de não impugnarem os fundamentos da decisão agravada, acabam por confirmá-los.

Observe-se que a interposição de recurso especial deve demonstrar como, no caso concreto, ocorreu a violação à legislação federal. Assim, invariavelmente o recurso deverá indicar com precisão o dispositivo legal que entende ter sido inobservado e apresentar elementos particulares aos caso concreto que demonstram como, de fato, isto teria ocorrido. Em outras palavras, a estrutura a ser adotada nas razões recursais é sempre a mesma, há uma premissa maior, um comando legal, e uma premissa menor, uma conduta que permite concluir pela inobservância deste.

Destarte, cabe a quem recorre, invariavelmente, apresentar estes dois elementos, de modo que a ausência tanto de premissa maior quanto de premissa menor tornarão deficiente a fundamentação recursal, pois impossibilita a verificação de como a legislação federal foi violada.

Assim, se a recorrente alega violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil é imprescindível que demonstre como isto teria ocorrido na espécie.

É pacífico o entendimento desta Corte quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes. Em outras palavras, cabe ao magistrado resolver a lide que lhe é posta, não estando submetido aos argumentos indicados pelo réu ou pelo autor, valendo o brocardo *“da mihi factum dabo tibi ius”*.

Destarte, a violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil não se caracteriza com o fato do Tribunal não ter se manifestado sobre este ou aquele ponto, não tenha indicado expressamente o dispositivo legal em que esteja fundamentado (importante lembrar que não se exige o prequestionamento expreso

da matéria recursal para a admissão do recurso especial, sendo imprescindível apenas que os temas pertinentes aos artigos legais tenham sido apreciados, o chamado prequestionamento implícito), mas sim quando demonstrada a existência de omissão relevante à solução do caso.

As razões apresentadas, entretanto, não indicam qualquer omissão que pudesse ser sanada com a oposição de embargos declaratórios.

Como dito, é absolutamente prescindível o "*prequestionamento explícito da matéria*", de modo que a ausência de indicação expressa dos dispositivos legais, por si só, nunca poderia justificar a oposição de embargos declaratórios e, por consequência, constituir violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil.

Concomitantemente, a indagação feita pela agravante, se "*a revelia decretada impede o conhecimento e apreciação das demais matérias de direitos postas em julgamento*", não aponta para a existência de uma omissão, mas sim para a rejeição da conclusão a que chegou o Tribunal de origem. Ao transcrever trecho do acórdão proferido no julgamento dos embargos declaratórios que opusera, a própria agravante torna inequívoco que o Tribunal de origem não deixou simplesmente de conhecer das "*demais matérias de direitos postas em julgamento*", tendo na verdade considerado que não haveria prova das alegações feitas pela agravante. Transcrevo este trecho novamente:

"No tocante aos dispositivos prequestionados (artigos 186, 187, 927, 937, todos do CC, 333, I, do CPC e 22 e 79 da Lei 8245/91; artigos 944 do CC e 319 e 334, IV, ambos do CPC; artigo 945, CC e artigos 1062 do CC/1916 e 462 do CC 2002), não os reputo infringidos pelo acórdão. Assim porque, à exceção dos dois últimos, a incidência dos demais ao caso não é impositiva mas condicionada à valoração do quadro fático sustentado pela embargante. Havendo a corte decidido em diverso sentido quanto à questão da prova e ante os efeitos da revelia, descabe falar em incidência dos normativos, motivo de não revelar omissão seus enfrentamentos."

O que se observa é que a decisão agravada está fundamentada na inversão do ônus probatório decorrente da revelia, presumindo-se verdadeiras as alegações feitas pela parte autora. A agravante, todavia, não aponta para qualquer omissão que

infirmar a isto, apenas indicando teses jurídicas em abstrato, o que não autorizaria a oposição de embargos declaratórios.

Caberia à agravante indicar a existência de elementos probatórios específicos sobre os quais o Tribunal de origem teria sido omissos e poderiam influir no quanto decidido. O único elemento concreto efetivamente indicado pela agravante diz respeito a um laudo pericial, todavia ela mesma reconhece que o Tribunal de origem "*apreciou em seu bojo toda a matéria fático-probatória acerca do direito discutido, sopesando expressamente, inclusive o laudo pericial, as provas pertinentes ao fundamento disposto naquela decisão*", sendo patente que os embargos opostos efetivamente destinavam-se apenas a obter reconsideração do quanto decidido, confirmando a deficiência das razões recursais.

Ponto que a assertiva de que a Súmula 284/STF seria aplicável apenas ao recurso extraordinário também não se sustenta.

Destaque-se que o recurso especial constitui espécie do gênero recurso extraordinário, motivo pelo qual a aplicação das Súmulas do Supremo Tribunal Federal por analogia é pacificamente aceita por todas as Turmas deste Tribunal Superior. Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. GRUPO ECONÔMICO CONSTITUÍDO PARA FINS SUPOSTAMENTE ILÍCITOS. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. APLICAÇÃO DE SÚMULAS DO STF PELO STJ. POSSIBILIDADE. CONTRARIEDADE A PRECEITOS CONSTITUCIONAIS. INADEQUAÇÃO DA VIA ESPECIAL. COMPETÊNCIA DO STF. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO INCÓLUME NO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF.

1. Inafastável a incidência da Súmula 284 do STF à alegada violação do art. 535 do CPC, quando, do acórdão que julgou o agravo regimental na origem, não houve oposição de embargos de declaração para instar a Corte local a sanar eventual vício contido no aresto.

2. O recurso especial é espécie do gênero "recurso

extraordinário", o que torna perfeitamente possível o emprego, por analogia, de súmulas do Supremo Tribunal Federal pelo Superior Tribunal de Justiça.

3. É inviável a análise de violação do art. 5º da Constituição Federal, nem mesmo à guisa de prequestionamento, por ser matéria reservada ao STF, nos termos dos arts. 102, III, e 105, III, da Carta Magna.

4. O Tribunal de origem reconheceu que o magistrado não agiu de ofício e que era legítima a desconconsideração da personalidade jurídica, visto os indícios de formação de grupo econômico com finalidade ilícita. A revisão do entendimento firmado demandaria reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em recurso especial, sob pena de violação da Súmula 7/STJ.

5. O acórdão de origem trouxe, entre seus fundamentos, a afirmação de que o agravo de instrumento era via inadequada para impugnar temas que dependeriam de produção probatória. Entretanto, os recorrentes olvidaram-se de impugnar tal fundamento, que ficou incólume, atraindo a aplicação, por analogia, da Súmula 283/STF. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1374488/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 15/08/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA DO STF. APLICAÇÃO POR ANALOGIA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. POSSIBILIDADE.

1. O recurso especial é espécie de recurso extraordinário, razão pela qual é perfeitamente cabível nele a aplicação de súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a agravante não demonstrou quais provas teriam sido desconconsideradas pelo magistrado de origem, tampouco a forma como foram violados os arts. 130 e 131 do CPC, razão de ser correta a incidência do teor da Súmula 384/STF.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1374300/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/02/2014, DJe 20/03/2014)

Assim, o argumento apresentado sequer pode ser admitido como impugnação, pois absolutamente inapto a demonstrar a fazê-lo.

No que tange à Súmula 7/STJ, aplica-se este enunciado aos casos em que a análise da pretensão recursal demande o revolvimento do quadro fático-probatório dos autos. Destarte, a fundamentação recursal deve adotar como premissa as

conclusões a que o Tribunal de origem tenha chegado com a análise das provas e fatos constantes nos autos para que o recurso possa ser conhecido.

Ao partir de conclusão diversa da esposada pelo Tribunal de origem para fundamentar a alegação de violação à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial, para que se possa verificá-las, torna-se imprescindível o reexame da matéria fática para que se possa averiguar a veracidade da premissa, atribuindo a este Tribunal papel que não lhe cabe.

Não se ignora que a discussão sobre prova tem sido admitida por este Tribunal Superior, mas tal hipótese é restrita aos casos em que se pretenda atribuir qualificação jurídica diversa aos fatos narrados no acórdão. Assim, é necessário que seja indicada uma qualificação jurídica que deva ser atribuída a fato ou prova específico, demonstrando-se o equívoco do Tribunal de origem ao atribuir qualificação jurídica diversa ao mesmo fato ou prova.

Na espécie, o que se observa é a natureza genérica das razões recursais. A Agravante restringe-se a arguir que sua tese recursal seria a de que *"a caracterização da revelia não induz a uma presunção absoluta de veracidade dos fatos narrados pelo autor, permitindo ao juiz que, para formar o seu convencimento, analise as alegações formuladas pelas partes em confronto com as provas constantes dos autos"*. Esta tese recursal está vinculada a uma premissa fática, de que as provas constantes nos autos seriam aptas a desconstituir a presunção decorrente da revelia.

Nestes termos, a recorrente não fornece qualquer elemento concreto que aponte para a prescindibilidade de revolvimento do acervo fático-probatório dos autos para que se pudesse verificar a veracidade desta premissa, limitando-se a dizer que o Tribunal de origem teria apreciado *"toda a matéria fático-probatória acerca do direito discutido, sopesando expressamente, inclusive o laudo pericial, as provas pertinentes ao fundamento disposto naquela decisão"*.

O que resta claro é que a agravante pleiteia de maneira praticamente expressa o reexame do conjunto probatório dos autos, rejeitando a conclusão a que chegou o Tribunal de origem ao apreciar o conjunto fático-probatório, tornando

incontestável a aplicação da Súmula 7/STJ na espécie.

Assim, não há que se falar em impugnação a qualquer dos fundamentos da decisão agravada, mas sim em confirmação.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator